



ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR MOINHOS DE VENTO

CNPJ nº 92.685.833/0001-51

A movimentação das provisões para contingências é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º de janeiro	126.841	114.772	126.841	114.772
Adições	31.871	34.775	31.871	34.775
Pagamentos	(28.326)	(22.706)	(28.326)	(22.706)
Em 31 de dezembro	130.386	126.841	130.386	126.841

As demandas cíveis correspondem, principalmente, a processo ativo em que a Entidade questiona a cobrança de valores pela concessionária de energia elétrica local, tendo realizado depósito judicial de importâncias; e a processos onde é acionada como corresponsável por ações de erro médico.

As demandas trabalhistas correspondem a reclamaatórias diversas vinculadas em sua maioria a pleitos indenizatórios, sendo que o total da provisão representa a melhor estimativa da Entidade em relação às contingências individuais e coletivas em andamento. Não é esperado nenhum outro passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

16 Assistência social - projetos de apoio ao SUS (controladora e consolidado)

Desde 2008, em razão da publicação da Portaria nº 393/GM/MS, de 3 de março de 2008, do Decreto nº 5.895/2006, que deu nova redação ao art. 3º do Decreto nº 2.536/1998, a Entidade passou a ser habilitada pelo Ministério da Saúde como Hospital Estratégico de Excelência. A Portaria nº 5.483/GM/MS, publicada no Diário Oficial da União em 11 de outubro de 2024, atualizou as normas do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI-SUS), regulamentando a aferição da capacidade institucional e estabelecendo mecanismos de supervisão para reconhecimento de excelência das Entidades de saúde participantes do programa. A Portaria nº 6.944/GM/MS, publicada no Diário Oficial da União em 23 de maio de 2025, renovou o reconhecimento de excelência da Entidade para o período de 28 de agosto de 2023 a 27 de agosto de 2028.

Ainda no ano de 2008, foi firmado Termo de Ajuste com o Ministério da Saúde para a realização de projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS. Desde 2009, em cumprimento às legislações atinentes às respectivas épocas e, atualmente à Lei Complementar nº 187/2021, ao Decreto nº 11.791/2023 e à Portaria nº 3.362/GM/MS de 2017 e à Portaria nº 7.325/GM/MS publicada no Diário Oficial da União em 26 de junho de 2025, a Entidade vem aplicando em projetos de apoio ao SUS, no mínimo, os valores que obtém de contribuições imunes, seguindo o cronograma de execução firmado com o Ministério da Saúde através de termos de ajuste.

Em 29 de novembro de 2023, a Entidade celebrou, junto ao Ministério da Saúde, o Termo de Ajuste nº 3/2023 para o triênio 2024 – 2026, conforme extrato publicado no Diário Oficial da União em 04 de dezembro de 2023, sendo estimado o montante de aplicações nos projetos de apoio ao SUS no valor de R\$ 292.342. Posteriormente, em 25 de julho de 2024, foi firmado com a Entidade junto ao Ministério da Saúde, o Termo de Apostilamento nº 3/2024, elevando o valor para R\$ 307.186. Por fim, em 09 de maio de 2025, com o Termo de Apostilamento nº 2/2025, o valor foi atualizado para R\$ 304.101.

A Entidade obteve a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na área de saúde, através da Portaria nº 2.087, de 09 de setembro de 2024. Este certificado abrange o período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023. Em dezembro de 2023, a Entidade solicitou pedido de renovação do CEBAS para o triênio 2024 - 2026, o qual se encontra em tramitação no Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde (DCEBAS), da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES) do Ministério da Saúde, sendo que, enquanto este pedido estiver em análise, mantém-se válida a certificação, conforme § 2º do artigo 37 da Lei Complementar nº 187/2021.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Entidade aplicou recursos em 30 projetos de apoio ao SUS aprovados pelo Ministério da Saúde, totalizando R\$ 109.408 na controladora e no consolidado (R\$ 78.464 na controladora e no consolidado em 2024), conforme demonstrado a seguir:

Onde:

Projetos de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADI - SUS)											
	Total dos custos e despesas (a)	Imunidades registradas no ano corrente (b)	HTLV (c)	CARDIOPATIA (d)	LEAN EMERGÊNCIAS (e)	PRECEPTORIA (f)	RHP (g)	TELENORDESTE (h)	Outros projetos (i)	Custos e despesas alocados nos projetos (j)	Total dos custos e despesas (k)
Impostos sobre a receita (Nota 19)	-	(1.301)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.301)
Custos e despesas operacionais											
Pessoal e encargos	(577.829)	(94.721)	7.749	4.219	5.400	4.874	4.713	4.083	39.425	70.463	(602.087)
Medicamentos e materiais médicos	(468.415)	(1.147)	1.401	43	128	3	9	2	1.487	3.073	(466.489)
Serviços médicos e técnicos contratados	(258.666)	(640)	1.725	650	2.034	1.373	953	1.300	17.914	25.949	(233.357)
Utilidades	(18.806)	-	16	3	4	3	4	4	446	480	(18.326)
Depreciações e amortizações	(67.699)	-	8	6	5	4	4	3	40	70	(67.629)
Materiais e serviços de manutenção	(34.889)	-	71	1	1	1	1	1	400	476	(34.413)
Valor justo do trabalho voluntário	(1.862)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.862)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(37.844)	(110)	1.095	103	171	106	78	70	2.522	4.145	(33.809)
	(1.466.010)	(96.618)	12.065	5.025	7.743	6.364	5.762	5.463	62.234	104.656	(1.457.972)
Impostos sobre importações de imobilizado e intangível	-	(2.506)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.506)
Aquisição de imobilizado para os projetos do PROADI (Nota 12)	(4.752)	-	174	3.583	-	13	16	-	966	4.752	-
Total	(1.470.762)	(100.425)	12.239	8.608	7.743	6.377	5.778	5.463	63.200	109.408	(1.461.779)

- (a) Total dos custos e despesas operacionais da Entidade antes das imunidades e alocação nos projetos
- (b) Imunidades do exercício de 2024 registradas no ano corrente
- (c) Projeto de apoio "Estudo de prevalência de HTLV e outras IST e padrões de comportamento sexual em parturientes no Brasil e em população geral". ("HTLV")
- (d) Projeto de apoio "Fortalecimento do Diagnóstico Precoce e da Assistência às Crianças com Cardiopatia Congênita no Brasil". ("CARDIOPATIA")
- (e) Projeto de apoio "Lean nas Emergências". ("LEAN EMERGÊNCIAS")
- (f) Projeto de apoio "Curso de Especialização de Preceptoria em Medicina de Família e Comunidade". ("PRECEPTORIA")
- (g) Projeto de apoio "Reestruturação de Hospitais Públicos". ("RHP")
- (h) Projeto de apoio "Assistência médica especializada na região Nordeste do Brasil por meio de Telemedicina". ("TELENORDESTE")
- (i) Outros Projetos: Abertura conforme tabela a seguir.
- (j) Custos e despesas alocados nos projetos (soma das colunas (c),(d), (e), (f), (g), (h) e (i)).
- (k) Total dos custos e despesas operacionais da Entidade após as imunidades e alocação nos projetos.

A tabela a seguir apresenta a abertura da coluna classificada como "Outros projetos" e os respectivos saldos aplicados:

Nome do projeto	Valor
Onco-Genomas Brasil: mapeamento do câncer de mama e de próstata no sistema público brasileiro. ("ONCO-GENOMAS")	5.233
Estudo Epidemiológico sobre a Prevalência Nacional de Agentes Respiratórios em Crianças e Adolescentes. ("TBPED")	5.221
Polipílula e Riscômetro para prevenir Acidente Vascular Cerebral (AVC) e Comprometimento Cognitivo na Atenção Primária à Saúde - Expansão. ("PROMOTE EXPANSÃO")	4.813
Melhorando a Segurança do Paciente em Larga Escala no Brasil. ("SAÚDE EM NOSSAS MÃOS")	4.717
Formação em saúde ambiental para profissionais de saúde indígena. ("SAÚDE INDÍGENA")	4.395
Avaliação das principais variantes genéticas e seus impactos no acidente vascular cerebral no Sistema Único de Saúde. ("ARTEMIS BRASIL")	3.997
Apoio emergencial à gestão de hospitais no Rio Grande do Sul. ("GESTÃO HOSPITALAR RS")	3.650
Recomeçar RS: Promovendo a Saúde Mental em Comunidades Atingidas por Enchentes. ("RECOMEÇAR RS")	3.277
Curso de Especialização de Preceptoria em Área Profissional da Saúde. ("PRECEPTORIA MULTIPROFISSIONAL")	3.023
Curso de Especialização em Preceptoria de Residência Médica - Preceptoria Médica. ("PRECEPTORIA MÉDICA")	3.013
Avaliação da efetividade da tenecteplase no tratamento do AVC isquêmico agudo. ("RESILIENT-TNK")	2.873
Manejo Clínico de Diabetes, Hipertensão Arterial e Pré-natal na Atenção Primária à Saúde. ("MANEJO CLÍNICO NA APS")	2.858
Estudo CuidAR: reduzindo morbidade e custos em asma no país. ("CUIDAR/ASMA")	2.843
Avaliação de um protocolo assistencial de vigilância ativa para câncer de próstata no SUS. ("VIGIA SUS/CA")	2.691
Estudo ÓTIMO: otimização do tratamento adjuvante do câncer de mama HER2-positivo após neoadjuvância. ("ESTUDO ÓTIMO")	2.279
Programa de Aprimoramento para o Desenvolvimento de Diretrizes Clínico-Assistenciais para o SUS. ("DIRETRIZES")	1.683
Formação em Serviço:aprimoramento para médicos especialistas. ("MAIS MÉDICOS ESPECIALISTAS")	1.568
Ensaio clínico randomizado em cluster, stepped-wedge para avaliação do impacto de bundles de reabilitação precoce (apoiados por Telemedicina) na qualidade de vida de pacientes após insuficiência respiratória aguda hipoxêmica com suspeita de COVID-19. ("REHAB COVID")	1.488
Estudo de acompanhamento clínico pós terapia de ressincronização fisiológica versus biventricular em pacientes com insuficiência cardíaca. ("PHYSIOSYNC/ECR")	1.128
Fortalecimento da Avaliação de Tecnologias de Saúde nas Secretarias Estaduais. ("ATS EDUCAÇÃO")	1.082
Estudo de Terapia Tripla para Prevenção de Eventos Recorrentes de Doença Cerebral Intraparenquimatosa. ("TRIDENT")	516
Impacto em longo prazo da COVID-19 na população brasileira. (PÓS COVID")	486
Gestão eficiente em ambientes hospitalares: qualificação de processos para melhoria de resultados. ("EFICIÊNCIA E MELHORIA EM HOSPITAIS")	268
AURORHA: Acesso universal ao rastreamento organizado com HPV-DNA. ("AURORHA")	98

Total 63.200

Os valores aplicados em imobilizado foram registrados em contas patrimoniais na rubrica "imobilizado" e, posteriormente, são utilizados para contrapor as imunidades usufruídas registradas no passivo. Anualmente, conforme requerido pela Portaria nº 3.362/GM/MS de 2017, a Entidade encaminha relatórios de prestação de contas dos projetos de apoio ao SUS constantes no Termo de Ajuste celebrado junto ao Ministério da Saúde, acompanhados de relatório dos auditores independentes. Os valores das imunidades fiscais usufruídas durante o exercício de 2025, e que deverão ser aplicados ao longo do exercício de 2026 na execução de projetos de apoio ao SUS, considerando o Termo de Ajuste nº 03/2023, relativos a INSS, COFINS, PIS e PIS e COFINS s/ importações foram de R\$ 98.467, R\$ 1.450, R\$ 4.155 e R\$ 8.488, respectivamente, totalizando R\$ 112.560 (sendo de R\$ 90.868, R\$ 1.301, R\$ 3.853 e R\$ 4.403, respectivamente, totalizando R\$ 100.425 em 2024). A movimentação da provisão de assistência social está demonstrada abaixo:

	2025	2024
Em 1º de janeiro	21.650	-
Imunidades usufruídas no ano anterior	100.425	100.114
Aplicações no ano corrente	109.408	(78.464)
Em 31 de dezembro	12.667	21.650

17 Benefício de saúde pós-emprego (controladora e consolidado)

O valor de R\$ 5.828 na controladora e no consolidado (R\$ 7.661 em 2024 na controladora e no consolidado) corresponde ao passivo atuarial de pós-emprego, cuja constituição se faz necessária em função do direito a benefícios a serem pagos no futuro para empregados e ex-empregados decorrentes do plano de saúde. Este passivo está atrelado ao formato contributório vigente até 31 março de 2017, de acordo com a Lei nº 9.656/1998.

Em abril de 2017, a Entidade alterou o formato, passando as contribuições dos beneficiários titulares em atividade a serem integralmente subsidiadas pela Entidade e cessando, desta forma, o aumento da base de empregados com direito a esse benefício no futuro. As principais premissas utilizadas para a determinação do passivo foram:

- Taxa real de desconto atuarial – 7,19%
- Retorno esperado sobre os ativos – 7,19%
- Health Care Cost Trend Rate – 4,10%
- Aging Factor – variação anual conforme a idade
- Análise de permanência – 98,00%

A Entidade reconheceu no resultado do exercício de 2025 o valor de R\$ 979 na controladora e no consolidado (R\$ 908 em 2024 na controladora e no consolidado) correspondente aos custos esperados do período, atualizado anualmente de acordo com laudo de especialista externo. O valor de R\$ 2.812 foi reconhecido como outros resultados abrangentes em 2025, na controladora e no consolidado (R\$ 2.646 em 2024 na controladora e no consolidado) referente mensuração do valor justo da obrigação correspondente ao benefício de saúde pós-emprego.

18 Patrimônio líquido

(a) Patrimônio social

O patrimônio social é constituído por todos os bens e direitos que a Entidade possui, sendo alterado em função dos resultados superavitários ou deficitários de suas operações, incorporados no final de cada exercício subsequente.

(b) Outros resultados abrangentes

Refere-se aos ganhos/perdas atuariais pela mensuração do valor justo da obrigação correspondente ao benefício de saúde pós-emprego (Nota 17).

(c) Superávit do exercício

Por se tratar de uma entidade sem a finalidade de lucros, o resultado auferido no exercício é revertido em sua integralidade para as suas atividades institucionais por meio da transferência do saldo apurado para o patrimônio social (Nota 18 (a)).

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Entidade possui outras ações de natureza trabalhista, tributárias e no âmbito administrativo envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis de, aproximadamente R\$ 76.618 na controladora e no consolidado (R\$ 79.425 em 2024 na controladora e no consolidado), com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

Além destes processos, há um processo judicial de natureza tributária cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos. Trata-se de Ação Popular que se limita a requerer a anulação de decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF que reconheceu a decadência de débitos de quota patronal lavrados contra a entidade por meio do Processo Administrativo nº 10552.000616/2007-72. A Ação Popular foi julgada favoravelmente à Entidade em primeira e segunda instâncias, tendo a autora interposto Recurso Especial. O Recurso foi inadmitido pelo Tribunal Regional Federal e, quando do fechamento das demonstrações, ainda havia prazo para a autora recorrer ao STJ.

Em que pese a estimativa de perda possível, a probabilidade de saída de recursos financeiros, caso haja eventual desfecho desfavorável em relação a esta demanda, foi considerada como remota pelos nossos consultores jurídicos, uma vez que este processo não possui consequência econômica ou tributária direta, na medida em que, no caso de procedência, haverá novo julgamento pelo CARF e a probabilidade de reconhecimento da decadência por outros fundamentos ou o reconhecimento da inconstitucionalidade da cobrança, por ser inconstitucional, na linha do decidido na Repercussão Geral RE 566.622, ADI 2028 e ADI 2228.

19 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta	1.444.540	1.314.966	1.446.643	1.315.358
Serviços hospitalares e laboratoriais	47.889	41.974	47.889	41.974
Serviços de ensino e pesquisa	1.862	1.792	1.862	1.792
Valor justo do trabalho voluntário	51.264	45.941	51.264	45.941
Outras receitas	1.545.555	1.404.673	1.547.658	1.405.065
Deduções da receita bruta				
COFINS	(1.301)	(1.379)	(1.368)	(1.392)
PIS	-	-	(15)	(3)
ICMS	(226)	(212)	(226)	(212)
ISSQN	-	-	(44)	(8)
Descontos concedidos	(20.095)	(19.989)	(20.095)	(19.989)
	(21.622)	(21.580)	(21.748)	(21.604)
	1.523.933	1.383.093	1.525.910	1.383.461

20 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal e encargos	(601.667)	(558.963)	(602.087)	(559.092)
Medicamentos e materiais médicos	(465.796)	(425.696)	(466.489)	(425.874)
Serviços médicos e técnicos contratados	(233.275)	(200.282)	(233.357)	(200.752)
Utilidades	(18.318)	(16.635)	(18.326)	(16.638)
Depreciações e amortizações	(67.614)	(55.994)	(67.629)	(55.997)
Materiais e serviços de manutenção	(34.403)	(30.008)	(34.413)	(30.009)
Valor justo do trabalho voluntário	(1.862)	(1.792)	(1.862)	(1.792)
Resultado de equivalência patrimonial	481	(469)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(33.613)	(46.039)	(33.809)	(46.092)
	(1.456.067)	(1.335.878)	(1.457.972)	(1.336.246)
Custo do serviço prestado	(1.274.389)	(1.162.226)	(1.275.617)	(1.163.010)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(142.784)	(126.596)	(142.929)	(126.635)
Resultado de equivalência patrimonial	481	(469)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(39.375)	(46.587)	(39.426)	(46.601)
	(1.456.067)	(1.335.878)	(1.457.972)	(1.336.246)

21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	64.309	55.490	64.343	55.490
Variação cambial ativa	548	1.583	548	1.583
Outras receitas financeiras	6.017	5.506	6.022	5.506
	70.874	62.579	70.913	62.579
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(33.519)	(27.956)	(33.519)	(27.956)
Juros sobre arrendamentos	(724)	(436)	(724)	(436)
Variação cambial passiva	(1.918)	(153)	(1.918)	(153)
Outras despesas financeiras	(2.453)	(2.096)	(2.564)	(2.096)
	(38.614)	(30.641)	(38.725)	(30.641)
	32.260	31.938	32.188	31.938

22 Remuneração dos administradores (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Entidade estava composta pelo presidente da Associação Hospitalar Moinhos de Vento e sete superintendentes (executivo, médico, assistencial e de educação, responsabilidade social e gestão de riscos, operações, estratégia e mercado e financeiro). No exercício de 2025 a despesa com remuneração e benefícios do pessoal-chave, representado pelo presidente e superintendentes, foi de R\$ 17.388 na controladora e no consolidado (R\$ 16.020 em 2024 na controladora). Estes valores estão apresentados na rubrica de "Despesas com vendas, gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício. A Entidade não possui remuneração em outras categorias de: (i) benefícios pós-emprego; (ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (iii) remuneração baseada em ações.

O Estatuto Social da Entidade estabelece que os membros do Conselho de Administração não devem receber qualquer tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

23 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

(a) Reconciliação da dívida (caixa) líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	212.958	273.516	212.958	273.520
Obrigações de arrendamento	8.747	10.207	8.747	10.207
Total da dívida	221.705	283.723	221.705	283.727
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(411.024)	(536.204)	(411.084)	(536.281)
Dívida (caixa) líquida	(189.319)	(252.481)	(189.379)	(252.554)